



HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARA SURDOS: ALGUNS APONTAMENTOS

Maria Geiza Ferreira Freire ¹
Demóstenes Dantas Vieira ²
Felipe Andrade Saldanha³

RESUMO

Este trabalho, de caráter bibliográfico, propõe a realização de alguns apontamentos sobre a história da educação para surdos, em cujo aporte teórico destacam-se as contribuições de Mittler (2000), Schlünzen, Benedetto e Santos (2012), Lima (2004), Strobel (2009), dentre outros. Os resultados apontam para mudanças significativas no que se refere à inclusão educacional da pessoa surda, desde uma mudança paradigmática acerca da concepção de surdez até questões em torno da legislação. Em vista disso, o bilinguismo tem ganhado espaço, suplantando concepções oralistas que, embora ainda se materializem na vida social, não regulamentam práticas de ensino. Pelo contrário, os avanços históricos apontam para a resignificação da surdez, para o respeito à pessoa surda nas suas diversas dimensões, linguísticas, educacionais, culturais e identitárias.

Palavras-chave: História da educação, Pessoa Surda, Inclusão Educacional, Bilinguismo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho, de cunho bibliográfico, apresenta alguns apontamentos sobre a história da educação para surdos. Por conseguinte, discute a garantia do direito à educação das pessoas surdas, destacando o papel da escola nesse processo.

Segundo escreve Mantoan (2006, p. 23) a escola é o “ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral”.

De modo geral, entende-se que a inclusão educacional constitui-se de um desafio que será superado quando os profissionais do processo educativo se abrirem à mudança, revelando

¹ Licenciada em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional – FADIRE; Especialista em Libras pela Faculdade do Maciço de Baturité-FMB, mgeizaferreira@msn.com;

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Pernambuco – UFPE, demostenes.vieira@ifrn.edu.com.

³ Especialista em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – UNIASSELVI, felipeandrade0403@gmail.com



a necessidade de romper com a ideia projetada que muitos têm que somente educadores especializados podem trabalhar com alunos que apresentam necessidades educacionais específicas.

Em vista disso, a inclusão educacional não pode ser considerada como sendo algo concluído e, sim, como um processo contínuo, interativo e cooperativo, no qual há a possibilidade de se partilhar experiências, tornando nossas escolas lugares privilegiados para se aprender sobre diferença e alteridade, sendo possível discutir e construir saberes na diversidade que constitui a condição humana.

Tendo em vista as considerações até aqui realizadas, salientamos a relevância e atualidade da discussão sobre a educação para surdos, tendo em vista as descontinuidades históricas materializadas no conflito entre o oralismo e bilinguismo, entre concepções que patologizam a pessoa surda e as concepções socioantropológicas. Dessarte, neste trabalho, traçaremos breve genealogia sobre a história da educação para surdos, numa tentativa de entender avanços, retrocessos e descontinuidades.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARA SURDOS: QUESTÕES PERTINENTES

A história da humanidade traz, em seus registros, relatos de exclusão, segregação e morte. As pessoas acometidas de problemas congênitos ou adquiridos eram entregues à própria sorte. Entre tais sujeitos excluídos, encontra-se a população surda, que desde a Antiguidade Clássica sofre com a exclusão social (MITTLER, 2000).

Na Idade Antiga (4000 a.C. a 3500 a.C.), a história registra diversas práticas de violência e exclusão da pessoa surda, tanto no oriente como no ocidente. Na China, por exemplo, as pessoas surdas eram jogadas no mar. Em rituais de adoração ao Deus Teutates, os gauleses sacrificavam a pessoa com surdez. Por sua vez, a Grécia registra diversas práticas. Em Esparta, as pessoas com deficiência eram jogadas de cima dos penhascos (MITTLER, 2000). Na sociedade grega, os surdos eram considerados seres sem capacidade intelectual, portanto, incapazes. Baseado na crença de que os surdos não desenvolviam a linguagem, Aristóteles defendia que os surdos não eram humanos (MITTLER, 2000).

Essa crença, generalizada na época, fazia com que os surdos não recebessem educação formal. Sem direitos à educação e à cidadania eram marginalizados. Em muitas *pólis*, os surdos eram condenados à morte (MITTLER, 2000).



Por sua vez, a população romana, evidentemente influenciada pela cultura grega, considerava que os surdos eram pessoas imperfeitas e incapazes, portanto, não seriam capazes de viver em sociedade (MITTLER, 2000). Em 529 a.C., o imperador romano Justiniano elaborou uma lei que restringia os direitos da pessoa com deficiência, proibindo-os de fazer contratos e testamentos e reivindicar bens ou herança. Entretanto, a partir do Século XV (aproximadamente no fim da idade média), começaram a se desenvolver algumas reflexões sobre a pessoa surda que rompem com a concepção patológica e desumanizadora.

Endossando essa discussão, Mittler (2000), escreve que a exclusão da pessoa com deficiência era naturalizada pelas/nas práticas sociais, tanto na Antiguidade como na Idade Média, que, entregavam as pessoas surdas ao abandono e à morte. Na Idade Média, com forte influência da Igreja Cristã, a surdez assumiu uma perspectiva sobrenatural. Isso significa dizer que a surdez era atribuída ao pecado, à maldição, à possessão demoníaca, ou mesmo a feitiço (MITTLER, 2000).

Santo Agostinho, considerado um dos maiores filósofos da Idade Média, defendia a ideia de que a criança nascia surda por estar pagando pelos pecados dos seus pais. Embora, ele acreditasse que elas pudessem se comunicar através de outras linguagens.

Era comum também, na Idade Média, a crença entre os cristãos de que os surdos não possuíam uma alma imortal, como os ouvintes. Isso se deve ao fato de que a salvação só poderia ser alcançada através do cumprimento dos sacramentos. Como os surdos não podiam cumprir os sacramentos, tendo em vista que eram realizados de modo oral-auditivo, foram concebidos como seres sem alma (MITTLER, 2000).

Vale salientar que em 700 d.C., a história registra o primeiro caso de em que um surdo foi ensinado a falar. Tal feito foi atribuído a John Beverley. Por esse motivo, muitos pesquisadores o consideram como primeiro educador de Surdos, embora seja evidente que muitos processos educativos não registrados se realizavam em contexto não-secular, no hábito privado.

Vale salientar que as concepções patológica e sobrenatural ainda deixam marcas na cultura moderna, embora a gente possa falar em diversos avanços, que discutiremos nos parágrafos seguintes.

Segundo Schlünzen, Benedetto e Santos (2012), é somente no século XV, justamente, com o final da Idade Média, que passamos a problematizar a necessidade de educação para surdos, conforme observa-se na citação abaixo:



[...] foi nessa época que começaram a surgir pesquisas as quais serão mencionadas a seguir, a respeito da surdez. As famílias nobres que tinham herdeiros surdos tinham interesse em compreendê-los e integrá-los na sociedade com a finalidade de não perder as riquezas familiares. Além disso, havia o interesse da Igreja em praticar a ‘caridade’, promovendo a comunicação das pessoas surdas com Deus e o ensino dos sacramentos para que não perdessem a sua alma (SCHLÜNZEN; BENEDETTO; SANTOS, 2020, p. 49-50),

Vale destacar a contribuição do surdo francês Eduard Huet que auxiliou na criação da primeira escola para surdos no Brasil, fundada por Dom Pedro II, em 1857, na cidade do Rio de Janeiro, nomeada na época de Imperial Instituto de Surdos Mudos, atualmente conhecida como INES (Instituto Nacional de Educação de Surdo). Em virtude da data de criação da primeira escola brasileira para surdos, comemora-se no dia 26 de setembro o Dia Nacional do Surdo, oficializado através do decreto da lei nº 11.796 de 29 de outubro de 2008.

É importante observar, primeiramente, que o ambiente que se interpõe entre a educação e a história dos surdos foi marcado por inúmeras lutas, tais como a negligência e preconceito por parte da população em relação aos surdos. Evidentemente, os surdos ainda enfrentam inúmeros obstáculos durante sua formação escolar e acadêmica, o que torna a problemática um desafio do século XXI, ainda que, a Carta Magna do Brasil promulgada em 1988, assegure o direito de todo cidadão ao acesso à educação.

Desse modo, torna-se imperativo discutir a educação para surdos, embora seu aporte teórico seja, em parte, paradoxal, tendo em vista que a história da educação de surdos “é uma história que não é contada por seus principais protagonistas: os surdos” (LIMA, 2004, p. 14).

O abade Charles-Michel de l'Épée, que recebeu a alcunha de “pai dos surdos”, foi o fundador da primeira escola para surdos, evidentemente, de caráter religioso. Na segunda metade do século XVIII, a escola fundada reconheceu a diferença entre a linguagem dos surdos e a linguagem dos ouvintes. Em vista disso, aperfeiçoou um tipo de linguagem gestual que já existia e criou a primeira Língua de Sinais, por esse motivo foi reconhecido como “Pai dos Surdos”.

É inegável as contribuições do Abade Charles-Michel de l'Épée, dentre as quais vale destacar:

- ✓ A fundação do Instituto Nacional para Surdos em Paris, considera a primeira escola do mundo para surdos;
- ✓ O reconhecimento da língua de sinais como linguagem própria dos surdos;

- ✓ O reconhecimento da humanidade da pessoa surda;
- ✓ Utilização de um método de ensino coletivo para surdos;
- ✓ Adoção do método de educação coletiva;
- ✓ A hipótese de que ensinar surdos a falar não era o método mais adequado para o ensino de pessoas surdas, atribuindo que ensiná-las a falar seria perda de tempo.

Por outro lado, vale salientar que durante a história materializam-se diversas discontinuidades no que se refere à educação de pessoas surdas, principalmente, no que se refere ao oralismo e ao bilinguismo. D um lado, apresenta-se o bilinguismo com a proposta de que a língua materna dos surdos (L1) é a Língua de Sinais, enquanto a língua oral-auditiva deve ser compreendida como segunda língua (L2). Do outro, apresentam-se perspectivas pautadas no oralismo, na leitura labial e aperfeiçoamento da datilologia, conforme apresenta o quadro abaixo:

Quadro 01: Educação para surdos na Modernidade

Teórico/Pesquisador/Educador	Período	Descrição
Pedro Ponce de León	1510-1584	O monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584), na Espanha, estabeleceu a primeira escola para surdos em um monastério de Valladolid, inicialmente ensinava latim, grego e italiano, conceitos de física e astronomia aos dois irmãos surdos, Francisco e Pedro Velasco, membros de uma importante família de aristocratas espanhóis; Francisco conquistou o direito de receber a herança como marquês de Berlangar e Pedro se tornou padre com a permissão do Papa. Ponce de Leon usava como metodologia a dactilologia, escrita e oralização. Mais tarde ele criou escola para professores de surdos. Porém ele não publicou nada em sua vida e depois de sua morte o seu método caiu no esquecimento porque a tradição na época era de guardar segredos sobre os métodos de educação de surdos (STROBEL, 2009, p. 19).
Juan Pablo Bonet	1579-1623	Na Espanha, Juan Pablo Bonet (1579-1623) iniciou a educação com membro surdo da família Velasco, Dom Luís, através de sinais, treinamento da fala e o uso de alfabeto dactilologia, teve tanto sucesso que foi nomeado pelo rei Henrique IV como “Marquês de Frenzo”. O Juan Pablo Bonet publicou o primeiro livro sobre a educação de surdos em que expunha o seu método oral, “Reduccion de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos” no ano de

		1620 em Madrid, Espanha. Bonet defendia também o ensino precoce de alfabeto manual aos surdos (STROBEL, 2009, p. 20).
John Bulwer	1614-1684	<p>John Bulwer (1614-1684) publicou “Chirologia e Natural Language of the Hand”, onde preconiza a utilização de alfabeto manual, língua de sinais e leitura labial [...] . John Bulwer acreditava que a língua de sinais era universal e seus elementos constituídos icônicos (STROBEL, 2009, p. 20)</p> <p>John Bulwer publicou “Philocopus”, onde afirmava que a língua de sinais era capaz de expressar os mesmos conceitos que a língua oral (STROBEL, 2009, p. 20).</p>
Johan Conrad Ammon	1669-1724	Johan Conrad Ammon (1669-1724), médico suíço desenvolveu e publicou método pedagógico da fala e da leitura labial: “Surdus Laquens” (STROBEL, 2009, p. 21).
Charles Michel de L’Epée	1712-1789	<p>Uma pessoa muito conhecida na história de educação dos surdos, o abade Charles Michel de L’Epée (1712-1789) conheceu duas irmãs gêmeas surdas que se comunicavam através de gestos, iniciou e manteve contato com os surdos carentes e humildes que perambulavam pela cidade de Paris, procurando aprender seu meio de comunicação e levar a efeito os primeiros estudos sérios sobre a língua de sinais. Procurou instruir os surdos em sua própria casa, com as combinações de língua de sinais e gramática francesa sinalizada denominado de “Sinais metódicos” (STROBEL, 2009, p. 21).</p> <p>O Abade Charles Michel de L’Epée fundou a primeira escola pública para os surdos “Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris” e treinou inúmeros professores para surdos. O abade Charles Michel de L’Epée publicou sobre o ensino dos surdos e mudos por meio de sinais metódicos: “A verdadeira maneira de instruir os surdos-mudos”, o abade colocou as regras sintáticas e também o alfabeto manual inventado pelo Pablo Bonnet e esta obra foi mais tarde completada com a teoria pelo abade Roch-Ambroise Sicard (STROBEL, 2009, p. 22).</p>
Samuel Heinicke	1729-1790	Samuel Heinicke (1729-1790) o “Pai do Método Alemão” – Oralismo puro – iniciou as bases da filosofia oralista, onde um

		grande valor era atribuído somente à fala, em Alemanha. Samuel Heinicke publicou uma obra “Observações sobre os Mudos e sobre a Palavra”. Em ano de 1778 o Samuel Heinicke fundou a primeira escola de oralismo puro em Leipzig, inicialmente a sua escola tinha 9 alunos surdos. Em carta escrita à L’Epée, o Heinicke narra: “meus alunos são ensinados por meio de um processo fácil e lento de fala em sua língua pátria e língua estrangeira através da voz clara e com distintas entonações para a habitações e compreensão (STROBEL, 2009, p. 21)
Jacob Rodrigues Pereira	1715-1780	Jacob Rodrigues Pereire (1715-1780),foi provavelmente o primeiro professor de surdos na França, oralizou a sua irmã surda e utilizou o ensino de fala e de exercícios auditivos com os surdos. (STROBEL, 2009, p. 21)

Fonte: Criada pelo autor, baseada em Strobel (2009)

O quadro supracitado materializa diversas discontinuidades entre o oralismo e o bilinguismo, até que a Língua de Sinais, de modo geral, fosse reconhecida como língua natural da pessoa surda. À vista disso, entende-se que essas são as duas grandes correntes que predominaram no ensino da pessoa surda: oralismo e bilinguismo, que discutiremos um pouco nos parágrafos que seguem.

De acordo com Goldfield (1997), o Oralismo foi defendido por diversos nomes, dentre eles Alexander Graham Bell e Samuel Heinicke que exerceram grande importância no Congresso de Milão realizado no ano de 1880. A partir desta data, por votação daqueles que estavam presentes, estudiosos e professores, chegou-se à conclusão de que o método oralista seria o mais adequado para o ensino de pessoas surdas. Dentre outras questões sobre essa decisão, Poker (2007, p.02) destaca que:

O Oralismo venceu e o uso da língua de sinais foi oficialmente proibido. Ressalta-se que foi negado aos professores surdos o direito de votar. No início do século vinte a maior parte das escolas em todo o mundo deixa de usar a língua de sinais. A oralização passa a ser o principal objetivo da educação das crianças surdas e, para aprenderem a falar, passavam a maior parte do seu tempo nas escolas recebendo treinamento oral. O ensino das disciplinas escolares foi deixado para segundo plano levando a uma queda significativa no nível de escolarização dos alunos com surdez.



Ainda segundo Poker (2007), o *Oralismo* predominou até aproximadamente a década de 1960 quando o pesquisador William Stokoe desenvolveu um trabalho sobre a Língua de Sinais apontando que elas possuíam as mesmas características das línguas orais-auditivas. Esse foi um grande marco, porque a partir de então os pesquisadores, professores e institutos começaram a dar mais visibilidade a Língua de Sinais já usada pelas comunidades surdas pelo mundo, é a partir de então que o *Bilinguismo* começa a ganhar espaço.

Mas afinal, o que é o Bilinguismo? O bilinguismo é uma abordagem muito discutida na atualidade, principalmente, na conjuntura educacional das crianças surdas. Conforme Fernandes (1997), a proposta do bilinguismo trata de uma metodologia de ensino que tornam acessíveis duas línguas no contexto escolar. Com relação à surdez, o bilinguismo visa divulgar e estimular a utilização de uma língua que pode ser adquirida espontaneamente pelos surdos, a Língua de Sinais, como sua língua materna. Nessa perspectiva, a língua oral-auditiva passa a ser compreendida como segunda língua.

Em se tratando de Brasil, defende-se que a Língua Portuguesa deve ser ensinada como segunda língua da pessoa surda, podendo dessa forma, desenvolver no educando surdo, as habilidades de leituras e escrita da língua oral-auditiva do país. Essa abordagem defende que a primeira língua a ser ensinada para o surdo seja a língua de sinais, desde a alfabetização, devendo proporcionar ao surdo o desenvolvimento cognitivo, facilitando o processo de aprendizagem de forma espontânea.

Vale salientar que a filosofia biolinguística apresenta-se de suma importância no cenário educacional brasileiro, pois defende que os sujeitos surdos se desenvolvam em comunidade, cultura e língua própria. Nesse contexto, cabe ao Estado o desenvolvimento de políticas públicas que proporcionem a inclusão efetiva da pessoa surda na sociedade, oferecendo as condições necessárias para que a criança surda seja inserida em sua comunidade, seja alfabetizada e se desenvolva através do ensino em sua língua materna, a Língua de Sinais.

O que se apresenta no cenário brasileiro é o avanço na legislação, que prioriza a inserção do aluno surdo em classes comuns do ensino regular.

Por outro lado, a existência do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (previsto em lei) e outros profissionais especializados, como o psicopedagogo, são negligenciados pelos sistemas de ensino. Em vista disso, vale salientar a distância existente entre as práticas sociais e aquilo que está regulamentado em lei e nos documentos regulamentadores da educação nacional, o que aponta para um longo caminho de lutas em prol de uma educação verdadeiramente inclusiva e igual para todos, conforme prevê a Carta Magna de 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs o desenvolvimento de uma breve genealogia acerca da educação para surdos. A bibliografia consultada aponta para descontinuidades históricas acerca da pessoa surda, materializando concepções que ora desumanizam a pessoa surda (como na Antiguidade Clássica), espiritualizam a surdez (como na idade média), ou a patologizam (na Idade Moderna).

Por outro lado, têm-se observado avanços históricos no que se referem aos métodos e /ou abordagens sobre os processo de ensino-aprendizagem da pessoa surda, destacando-se o oralismo e o bilinguismo, como as duas principais correntes filosóficas e educacionais em disputa, evidentemente, nesse campo de atuação.

Têm-se destacado nas últimas décadas, o avanço de concepções antropológicas acerca da pessoa surda, que reconhecem a singularidade de sua língua(gem) e cultura, da sua identidade e dos processos de ensino-aprendizagem. Nesse ínterim, o bilinguismo tem se apresentado como melhor alternativa para a educação da pessoa surda, tendo em vista que tal abordagem suscita uma compreensão de surdez para além de uma necessidade de adaptação a língua oral e cultura ouvintista. Pelo contrário, reconhece a Língua de Sinais como sua língua materna e a língua oral-auditiva como sua segunda língua.

REFERÊNCIAS

ALPENDRE, Elizabeth Vidolin. **Concepções sobre surdez e linguagem e o aprendizado em leitura**. Curitiba: PDE, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial/Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão : dificuldades de comunicação e sinalização : surdez**. [4. ed.]... [et. al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 de junho de 2020.

_____. **LDB. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional**, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 13 de junho de 2020.

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. 2 ed. Curitiba: Ibope. 2011.



GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-internacionalista.** São Paulo: Plexus, 1997.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos.** Caderno Cedes, vol. 19, n. 46. Campinas, 1998.

LIMA, M. S. Surdez, bilingüismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito. 2004. 261 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?.** 2 ed. São Paulo. Moderna, 2006. (Cotidiano escolar: ação docente) .

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva – Contextos sociais.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

POKER, RB. **Abordagem de ensino da pessoa com surdez.** Marília: 2007.

SCHLÜNZEN Elisa Tomoe Moriya; BENEDETTO, Laís dos Santos Di; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos. **HISTÓRIA DAS PESSOAS SURDAS: da**

STROBEL, Karin. **História da educação dos surdos.** Curitiba: UFSC, 2009.